



ARTIGO

Povos Indígenas: Alimentos, Ancestralidade e Sagrado em Tempos de Crise

Daniel Iberê (Guarani M'byá)

**Um jardim que tem apenas uma espécie de flor,
não é um jardim.
Ele só tem um aroma.
O que torna um jardim bonito
é a variedade de plantas.
A vida sem a pluralidade,
ela fenece...ela fica triste...
A vida morre...
(Miguel Jorge - Tata Endy)**

Introdução

Se uma planta não pode viver de acordo com o seu modo de ser, então ela morre; o mesmo acontece com todos os seres humanos e não-humanos. Quando nós, povos Guarani, não podemos viver de acordo com o ñanderekó, *nosso modo de ser*, a vida fica triste, a vida mingua, a vida morre.

As florestas, as caatingas, os cerrados, as pradarias... são também jardins a nos ensinar a beleza dos saberes profundos e diversos dos povos originários, que desde tempos imemoriais insistem em replantar vidas – dos seres humanos e não-humanos, visíveis e invisíveis – enraizando saberes, aprendendo a paciência das pedras com a profundidade das raízes.

Pensar desde os povos indígenas, aqueles que guardam nos alimentos o enraizamento de suas culturas, o respeito profundo pelo sagrado, é um convite ao olhar atencioso, amplo e distinto das noções ocidentais sobre segurança e soberania alimentar.

Pensar o alimento desde os povos originários é, antes de tudo, uma atitude de insurgência e rebeldia, de mulheres e homens e crianças e avós que carregam sobre seus ombros o peso maior de uma luta contra a exploração, contra os apagamentos, contra o assassinato das memórias e a imposição do discurso monológico de um poder que não reconhece outro que não seja o eco de seu próprio pensar. Vítimas anônimas que pagam o preço de existir, que insistem e resistem ao domínio das indústrias do veneno, mas que sofrem na própria pele os efeitos do colonialismo, que segue avançando sobre o solo sagrado da Mãe Terra.

Pensar o alimento desde os povos indígenas é percebê-lo fonte que nutre o corpo e fortalece o espírito; é convidar para o partilhar generoso de mundos em que caibam muitos mundos, que abrigam um sem fim de vidas nas quais diferentes, iguais, múltiplos e complexos seres, de sagrada “natureza” e “alma”, habitam em desafio de coabitar, de coexistir, de conviver, de bem viver.

É pensar o alimento produzido nos nossos territórios, demarcados e autônomos, um alimento livre de sangue de genocídio, agrotóxico ou transgenia, uma semente que carrega consigo as memórias de muitos mundos.

Os povos originários sustentam o que resta da diversidade do planeta. E o fazem enfrentando a reprodução ampliada do grande capital mundial e toda sorte de ataques dele decorrentes – reduzindo toda diversidade natural a “recursos naturais” e os seres humanos a “recursos humanos”. Superando e removendo, a qualquer preço, todo tipo de “obstáculos e barreiras” físicas, naturais, culturais - que possam interferir no trato de toda biodiversidade como único “espaço econômico” global do capital (Ver a este respeito: IBERÊ, 2015).

Os sistemas diversos de produção de alimentos estão ameaçados e, com eles, os conhecimentos locais, os modos de fazer, ser e viver – os saberes milenares dos povos originários.

Para termos uma ideia, o Relatório da FAO (2019) aponta que 75% da diversidade genética de plantas foi perdida desde 1900. Das 250.000 a 300.000 espécies de plantas comestíveis conhecidas, apenas 150 a 200 são utilizadas pela espécie humana e, apenas 3 - arroz, milho e trigo - contribuem, com aproximadamente 60% das calorias e proteínas obtidas das plantas por seres humanos. Atualmente, 75% dos alimentos mundiais são gerados de apenas 12 plantas e 5 espécies de animais, e apenas 9 respondem por 66% da produção agrícola total.

Este é o ponto que nos toca e nos inquieta, neste momento em que o mundo enfrenta, uma vez mais, a reedição de uma crise econômica, social, política e cultural, das estruturas do Capital, aliada à uma crise sanitária decorrente da Pandemia da Covid-19.

Nestes dias em que é mais fácil pensar na aniquilação total da humanidade do que imaginar uma ruptura com uma sociedade manifestamente injusta e destrutiva, sociedade que se mostrou incapaz de sanar os problemas que ela mesmo criou, parece mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do Capital.

De um lado, a Mãe Terra se decolonializa para que nós, povos originários, contracolonizemos. Se é verdade que poucos dias foram necessários para vermos germinar e florescer a solidariedade, a busca por autonomia, em vários lugares do mundo, mesmo onde os julgávamos extintos, para vermos ressurgir valores ancestrais, redescobrimos o prazer de estarmos juntos, respirarmos um ar mais puro, apreciarmos o caminhar dos animais, o voo sem vestígios de um passarinho no céu, para as águas recobrem parte de sua limpidez original – também é verdade que poucos dias foram necessários para que vissemos avançar sobre muitos de nossos territórios o garimpo; a grilagem de terras; as invasões constantes para extração de madeiras e outras riquezas; as queimadas; a pressão dos ruralistas para estender seus domínios; o aumento do uso ostensivo de agrotóxicos – que cada vez, mais e mais, são legalizados por um desgoverno que age na contramão dos direitos já conquistados, criando (por sucessivos decretos e projetos de lei) uma legislação claramente anti-indígena.

Como se isso não bastasse, não há qualquer plano de contenção da pandemia voltado para os povos indígenas que, por meio de suas próprias organizações, têm procurado se proteger à revelia das ações abusivas de um Estado descaradamente ligado aos interesses do mercado financeiro, da bancada ruralista, do agronegócio e das religiões neopentecostais.

Em um país, cuja desigualdade social é a maior do mundo, os povos indígenas seguem sofrendo o avanço do deus capital e sua carga brutal de atrocidades: a pata do boi avança sem descanso, a fumaça continua a sufocar, o desmatamento, entre agosto de 2019 e março de 2020, mais que dobrou. No primeiro trimestre deste ano, cresceu 30% em relação ao ano anterior: 796 km² devastados. O preço do ouro dispara

na Bolsa e as invasões em territórios indígenas atingem níveis absurdos. A fome segue matando 8.500 crianças por dia, embora a vacina exista, e se chame comida. “Cada ano detonam, silenciosamente, sem estrépito algum, três bombas de Hiroshima sobre estes povos que têm o costume de sofrer com os dentes apertados” (GALEANO, 1999, p. 7), são cada vez mais secretas as manchas oriundas da miséria induzida: morre-se de fome e também pelas enfermidades democráticas de doenças curáveis.

Contra os viveres coletivos, contra os universos que se desdobram, o Colonialismo cria desertos. Em seu espaço árido, na acumulação de seus tempos desiguais, as desigualdades se acumulam, as contradições se acirram.

A indústria do agrotóxico – indústria da morte – segue seu ataque à alimentação e à saúde de todas e todos nós, contribuindo com o avanço de números cada vez mais assustadores de doenças provocadas pelos venenos injetados e pulverizados nos alimentos que são postos às nossas mesas.

O Brasil possui a maior concentração fundiária do mundo. Segundo Relatório da OXFAM (2019), menos de 1% das propriedades agrícolas detém quase metade da área rural brasileira. Dados do Atlas da Terra Brasil 2015, feito pelo CNPq/USP mostram que 175,9 milhões de hectares são improdutivos no Brasil. (FARAH, 2015).

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), o latifúndio cresceu 47,5%. A área ocupada pelos 2.000 maiores latifúndios no país é igual a 4 milhões de propriedades rurais.

Isso tem significado a diminuição de moradores no campo, a estrangeirização das terras no país, a expulsão dos povos originários de seus territórios ancestrais, conflitos, assassinatos e massacres. E uma insegurança alimentar crescente, marcada pelo avanço de “comidas”, “não-

-alimentos” cada vez mais e mais altamente processados

No Brasil, o total de terras sob suspeita de serem griladas são mais de 100 milhões de hectares, quatro vezes a área do estado de São Paulo.

Este cenário está diretamente ligado ao avanço do agronegócio sobre os espaços, terras e territórios indígenas no país. Sobretudo quando a política oficial segue privilegiando este setor – em detrimento dos povos ancestrais. É o que se pode perceber, por exemplo, nas palavras do responsável pela reforma agrária no país, o Secretário Especial de Assuntos Fundiários, Luiz Antonio Nabhan Garcia: “Hoje, o maior latifundiário do país é o índio”, diz aquele que, sozinho, detém o poder de mais de 200 milhões de hectares de “Pátria Amada” (ANGELO, 2019).

Devemos dar razão a Fernando Baéz (2010, p.297) quando afirma que “qualquer decisão do que se deve recordar é uma forma dominada de saber o que se deve esquecer”. São vários os modos de identificar que fazem desaparecer.

E o que se silencia quando se impõe esquecimento?

Silencia-se o que se tornou evidente no último Censo (IBGE, 2010) sobre os povos indígenas (e isso já faz uma década). Somos, no Brasil, **896,9 mil** indígenas dos quais, **379,9 mil** simplesmente não possuímos território e, grande maioria, estamos espalhados pelas periferias das cidades, desassistidos de quaisquer políticas públicas por parte do Estado, que reconhece como indígenas apenas aqueles que estão em territórios demarcados.

Outros **517 mil** indígenas estão distribuídos em **1.239 terras indígenas**. Deste total, apenas **401** são demarcadas, **306** estão em alguma das etapas de demarcação, **65** sequer são reconhecidas como de ocupação tradicional e, pasmem,

530 estão ainda sem nenhuma providência por parte do Estado para dar início à sua demarcação (CIMI, 2020).

Somos 305 Povos Indígenas com mais de 270 línguas e ocupamos apenas 12,5% de todo território nacional. Para efeito de comparação: menos de 1% dos grandes latifundiários ocupam mais de 50% das terras produtivas deste país. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, são 38 etnias com 9 povos não-contatados e ocupam, todos eles, apenas 0,2% do território daquele estado.

Essa indústria do agrotóxico, mensageira de morte, segue cada dia mais forte como política prioritária do desgoverno federal, implacável no ataque a qualquer forma de cultivo e alimentação que tenha como princípio a saúde da Terra e das populações.

O agronegócio transformou o Brasil na lixeira tóxica do mundo. 20% de todo agrotóxico comercializado mundialmente tem seu destino certo no solo e nas águas do país, o que corresponde a 1,48 bilhão de litros de pesticidas vendidos.

Isso significa que cada brasileiro consome, em média, 7,6 litros de agrotóxicos por ano. De 2008 a 2017, por exemplo, a soma de óbitos devido aos efeitos tóxicos, envenenamento por agrotóxico ou exposição ambiental, autointoxicação intencional, entre outros fatores, chegou a 7.267 casos (SUDRÉ, 2020).

Segundo o último balanço divulgado pelo Ministério da Saúde (e já faz algum tempo), de 2007 a 2015 foram registrados mais de 84 mil casos de intoxicação por agrotóxicos (ABRASCO, 2019). Mais terrível ainda é que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a subnotificação dos casos de intoxicação por agrotóxicos é da ordem

de 1 para 50, ou seja, para cada caso notificado, há 50 não notificados (DOSSIÊ ABRASCO, 2015).

Não bastasse tudo isso, existem ainda os agrotóxicos ilegais, os quais não entram nos cálculos: um Relatório do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social das Fronteiras (IDESF) aponta que 20% dos agrotóxicos vendidos no país são de origem ilegal. Já a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) estima que o número chegue a 24% (GIMENES, 2020).

Em 2019, o governo Bolsonaro atingiu recorde histórico de liberação de agrotóxicos: das quase 475 novas substâncias aprovadas, 52 são consideradas altamente tóxicas e 110 extremamente tóxicas¹. Dos produtos liberados, 34% são proibidos na União Europeia.

Durante a Pandemia da Covid-19, o desgoverno federal dá prosseguimento às suas políticas de morte: mais 118 agrotóxicos foram aprovados, graças à Medida Provisória 926 e ao Decreto 10.282, ambos de 20 de março, por serem considerados “atividades essenciais” durante a Pandemia.

Estudos produzidos pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), por pesquisadores da Fiocruz e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) revelam que o valor que o desgoverno federal e os estados deixam de arrecadar com a isenção fiscal dos pesticidas é equivalente a quase quatro vezes o orçamento total previsto para o Ministério do Meio Ambiente neste ano (R\$ 2,7 bilhões), e mais que o dobro do que o SUS gastou em 2017 para tratar pacientes com câncer (R\$ 4,7 bilhões).

1 FONTE: Diário Oficial da União. Classificação feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Neste ponto, é importante salientarmos que, quem de fato põe alimento à mesa do brasileiro são os pequenos agricultores. 70% dos alimentos no Brasil são produzidos por pequenos agricultores. São eles responsáveis por 70% dos empregos no campo e constituem 84% dos estabelecimentos rurais.

A despeito de tudo isso, em 2020 os investimentos para o Agronegócio são da ordem de R\$ 225,59 bilhões, ao passo que para a agricultura familiar, por meio do Pronaf, são apenas R\$ 31,22 bilhões. Como se vê, o relacionamento do Estado brasileiro com o alimento de seus cidadãos é um relacionamento agrotóxico.

Em um país cuja concentração fundiária é a maior do mundo, o direito à cultura alimentar dos povos indígenas passa diretamente pelo reconhecimento e luta por nossos territórios. Atacar a diversidade de sementes que secularmente domesticamos e cultivamos também constitui etnocídio, não apenas de nossas histórias, de nossas memórias, de nossas culturas, mas de toda humanidade.

Importante acrescentar, que o Brasil tem mais de 83 mil km de rios poluídos, como aponta a Agência Nacional de Abastecimento – ANA (RESK, 2019). 31 milhões de brasileiros não têm água encanada em casa. 11,5 milhões moram em casas com mais de 3 pessoas por quarto. 5,8 milhões não têm banheiro. 87% dos rios do país estão contaminados. 7,6 milhões de pessoas não possuem moradia², e 7,9 milhões de moradia não possuem pessoas (IBGE, 2015). Não há água potável em nenhuma comunidade indígena.

Para estas pessoas, as recomendações de isolamento social e de cumprimento de outros protocolos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS),



como lavar as mãos com frequência, não fazem muito sentido.

Como pensar, nesse contexto, a alimentação na perspectiva dos povos indígenas?

O alimento reflete as formas de ser, fazer e sentir da sociedade que lhe deu origem. Reflete as relações da sociedade que o produziu. No trato com o alimento, há algo que ainda não foi capturado pelo pensamento colonial, há algo que escapa a qualquer apropriação, a qualquer captação apropriadora, pois isso significaria o fim de um tipo de relação que encerra no alimento as contradições do próprio colonialismo.

Um tipo de relação que separou o fazer, do feito e de seu fazedor, que separou o alimento de todas as relações que o envolvem e o constituem, como a relação com o sagrado, com os ritos, com narrativas ancestrais que consagram saberes que se manifestam nos planos visíveis e invisíveis.

O alimento então, para nós, povos indígenas, não é apenas o que se come pela boca. Como tudo que vibra e pulsa, o alimento guarda em si uma complexidade de fatores, carrega memórias, ancestralidades, vidas em plenitude.

Podemos começar falando de como milenarmente ocupamos nossos territórios, cultivamos nossas sementes, desvendamos seus mistérios, propriedades, usos. Cada semente carrega universos de histórias, que muitas vezes têm seu brotar em sonhos e visões. Nesse âmbito, construímos nossos saberes sobre sua natureza, o ambiente e o tempo propício para plantarmos, cultivarmos, colhermos, e então as transformamos em alimentos para nossos corpos, mentes e espíritos.

Nossos ancestrais nos ensinaram que pertencemos, em igualdade, às terras, às águas e a todas as formas de vida que são fundamentais para nosso estar, para nosso caminhar neste planeta. Por isso, perpetuamos ritos diversos no trato com todas as fontes de alimento. Isso afeta e define as formas como lidamos com a vida, em sua multiplicidade e pluralidade.

Por isso, é alimento o que a boca come, o que a pele absorve, o que o nariz inala. Os ritos são

alimentos, os rezos são alimentos, o que vem do sopro dos nossos pajés são alimentos. Os alimentos fortalecem e curam nossos corpos, mentes e espíritos.

Quando uma criança nasce, ela precisa ter seu corpo alimentado e protegido com tintura de jenipapo. Em tempos de doenças e pandemias, esse jenipapo volta aos nossos corpos, assegurando nossa proteção. Ele também está presente nos momentos de festejarmos a vida, lutarmos por nossos territórios e chorarmos nossos mortos. Além disso, pode ser transformado em bebida.

Por isso sabemos que, para que todos esses usos permaneçam, o jenipapo precisa existir, para que se converta em pintura e arte, em alimento que adentra e perpassa vários planos, para além do que nossos olhos podem ver.

Por isso, guardamos respeito e acumulamos sabedorias sobre os alimentos e seus ritos: o tempo de plantar, as rezas para consagrar, os cantos, as danças, a forma como ingerimos, os encantados que convocamos, porque os alimentos são nossos parentes, porque neles habitam as palavras-alma, palavras que se desdobram, palavras primordiais. O que nos alimenta nos constitui, passa a fazer parte de nós, a viver em nós, a nos habitar.

Cada alimento tem seus guardiões. Por isso, pedimos licença, por isso reverenciamos e agradecemos. Nessas relações, os alimentos ensinam sua pedagogia. Um dos princípios é a partilha, a comunhão. Outros, são os seus usos, ritos e rituais, o que se pode comer, quem pode, quando, como, onde e porquê.

Os alimentos compõem as dietas individuais ou coletivas. Nos tempos primeiros, quando um Guarani era enterrado, com ele se colocavam algumas frutas para lhe servirem de alimento em seu outro caminhar.

Há ritos que exigem o consumo de um único alimento, há ritos que exigem a abstenção de alguns alimentos, e tudo tem um sentido, para que tudo esteja em harmonia com ciclos de regeneração permanentes, continuamente renovados e fortalecidos.

Para que isso se concretize, é fundamental a existência de águas limpas, ar puro, florestas em toda sua diversidade e riqueza, em pé, para que tudo que envolve cada ser vivo que compõe esse universo (plantas, ervas, frutos e flores, aves, peixes...) continue existindo. Sem isso, nossas formas de ser e viver são afetadas, muitas vezes sem reparação.

Quando se perde um alimento, quando uma única semente se perde, perde sua vitalidade original ou deixa de brotar – isso significa uma ruptura com formas de viver que perderam também as condições primeiras de existir, é um universo que deixa de existir.

Há uma rede de relações muito complexas e profundas que penetram vários mundos, visíveis, mas também mundos outros que só são vistos por alguns. É fundamental falar que o alimento que alimenta o corpo é fruto de narrativas que vão se entranhando em vários mundos, construindo e fazendo germinar, nascer e fortalecer universos e suas sabedorias, ininterruptamente. E, nisso, as culturas originárias do mundo inteiro se irmanam.

Por isso, caminhando seguimos insistindo e replantando a vida, mesmo que o latifúndio, mesmo que a soja, mesmo que a pata do boi, mesmo que o garimpo, mesmo que o poder que manda sem obedecer.

**...Um dia levaram perfumes, temperos e seivas.
Em outro levaram as sementes.
Dia desses levaram brilhantes.
Depois, ou antes animais e aves coloridos.
Não satisfeitos, agora levam as árvores inteiras,
só desgalam para aparecer verde só o selo.
Só não levam os jardineiros, que sem temperos,
sem árvores e sem ouro,
empatam nas periferias das cidades e da floresta,
insistindo e replantando as flores.
(Jones Dari Göettert – Lugares, Jeitos e Sujeitos)**

Sigamos, então, irmanados aos Povos Originários – que abrem às nossas tragédias os caminhos do Arandu, que insistem e lutam semeando sementes de rebeldia e liberdade em nosso caminhar sobre a ywy mba'e megua, *terra enferma, terra das coisas que definham*.

Essas são minhas palavras. Caminham com meus ancestrais. E eu falei. Solidariedade e gratidão a quem pode ouvir.

Aguyjévetê!

Referências

ABRASCO – Associação Brasileira de saúde Coletiva. **Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo?** 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opiniaofinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo/41450/> Acessado em: 15/05/2020.

ANGELO, Claudio. **O índio não é o maior latifundiário do Brasil.** PODER 360. 27.fev.2019 (quarta-feira) - 5h50 atualizado: 27.fev.2019 (quarta-feira) - 7h05 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaogoverno/o-indio-nao-e-o-maior-latifundiarior-do-brasil-escreve-claudio-angelo/> Acessado em: 15/04/2020

BAÉZ, Fernando. **A História da Destruição Cultural da América Latina:** Da Conquista à Globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Terras Indígenas.** 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/terras-indigenas/> Acessado em: 15/04/2020.

GALEANO, Eduardo. **Las Venas Abiertas de América Latina.** Uruguay: Ediciones Del Chanchito, 1999.

GIMENES, Erick. **Cresce o mercado de agrotóxicos ilegais no Brasil.** Brasil de Fato | Brasília (DF) | 13 de Janeiro de 2020 às 04:48. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/13/cresce-o-mercado-de-agrotoxicos-ilegais-no-brasil-entenda-o-riscos> Acessado em:16/05/2020.

GÖETTERT, Jones Dari. **Lugares, jeitos e sujeitos: cortes e recortes da BR-364 acreana.** Rio Branco: EDUFAC, 2005, p. 226.

IBERÊ, Daniel. **IIRSA: A Serpente do Capital:** pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina (Santo Antonio e Jirau). Rio Branco: EDUFAC, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010.**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio PNAD 2015.**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário.** 2017.

DOSSIÊ ABRASCO: **um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FAO. **The State of the World's Biodiversity for Food and Agriculture,** J. Bélanger & D. Pilling (eds.). FAO Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture Assessments. 2019. Rome. 572 disponível em: (<http://www.fao.org/3/CA3129EN/CA3129EN.pdf>) Acessado em:16/05/20

FARAH, Tatiana. **Concentração de terras cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe.** O GLOBO 09 JAN 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-la-tifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053> acessado em 17/05/20

Alimentam, também, estes escritos, saberes e conhecimentos milenares, narrativas de muitos ancestrais. Essas palavras não terão cor ou sabor se os desagradarem ou ofenderem.